



RESENHA

MARQUES, Juracy (org.). *Ecologias Humanas*. Feira de Santana-BA: Editora UEFS, 2014. 462p.

Wellington Amâncio da Silva (UNEB)

O livro “*Ecologias Humanas*”¹, organizado pelo professor Juracy Marques foi publicado pela Editora da Universidade Estadual de Feira de Santana-BA, em 2014, e contém 462 páginas, como resultado de uma compilação de artigos, fruto do 1º Seminário de Internacional de Ecologia Humana, no Brasil, com o título “O Estatuto Científico da Ecologia Humana na Contemporaneidade: O Estado da Arte da Ecologia Humana no Brasil”, especificamente no Nordeste da Bahia, em Paulo Afonso, no ano da publicação. Na apresentação, das professoras Eliane Nogueira e Cleonice Vergne, destaca-se o aspecto interpretativo (hermenêutico) da ecologia humana e o que esta responsabilidade de representação implica para a comunidade científica e a sociedade. São mais de 20 artigos que abordam diversos assuntos a partir da ecologia humana, começando com a abordagem histórico-antropológica da ecologia humana no Brasil desde seus primórdios, de Juracy Marques. Esse artigo é dividido em “Ecologia Humana”, “Ecologia Humana no Brasil” e “Precursos dos Discursos da Ecologia Humana no Brasil”, “Saberes e Fronteiras da Ecologia Humana no Brasil” e “Pensando as Interfaces com Grupos Científicos Consolidados no Brasil”, que trata das instituições científicas relacionadas às ecologias humanas brasileiras. O autor começa por um breve levantamento das narrativas e representações dos nativos brasileiros por parte do colonizador, como na “carta de Pero Vaz de Caminha (maio de 1500): a primeira narrativa sobre a ecologia dos povos do Brasil”, até o presente, dando destaque ao trabalho de pesquisadores e pensadores do étnico e do ecológico, tais como Darcy Ribeiro, Leonardo

¹ O livro (ISBN 978-85-7395-242-1) encontra-se disponível gratuitamente em PDF: <https://sites.google.com/a/nectas.org/ii-seminario-internacional-de-ecologia-humana/>

Boff, Lévi-Strauss, Gilberto Freire, Euclides da Cunha, Guimarães Rosa, Pierre Verger, Câmara Cascudo e até mesmo do índio Jerry Matalawê que se reconhecia naquele momento: “[...] somos sujeitos inventados pelo outro”; destaca-se Chico Mendes e seu ativismo ecológico para a fundação do pensamento ecológico brasileiro. Na seção “Ecologia Humana no Brasil” parte-se de duas questões essenciais: a indagação sobre o estatuto científico da ecologia humana na contemporaneidade e sobre o estado da arte da ecologia humana no Brasil. Na seção os “Precursos dos Discursos da Ecologia Humana no Brasil”, o autor propõe que para estudar a ecologia humana brasileira é necessário acessar as descrições feitas por aventureiros, cronistas, religiosos, artistas, naturalistas, monarcas, barões, entre outros, desde os primeiros anos do século XVI, e compreender quais tipos de representações constituíram a imagem do Brasil e para quais fins, além da racionalização dos processos invasivos de colonização das terras, das gentes, da fauna e flora, e dos seus significados. Na seção “Saberes e Fronteiras da Ecologia Humana no Brasil” pergunta-se sobre o porquê da proposta de implantação do primeiro mestrado em ecologia humana no Brasil, na Universidade Estadual da Bahia (UNEB), em Paulo Afonso, principalmente sobre os objetivos de estudo e pesquisa da ecologia humana a partir da região onde foi implantada. Outra questão importante colocada é o que é a ecologia humana diante das diversas áreas do saber e em face dos saberes étnicos; se esta nasce como uma “forma de interpretação dos sistemas humanos”, portanto, como uma “hermenêutica” - segundo afirmam as professoras Eliane Nogueira e Cleonice Vergne na apresentação do livro -, logo, temos a oportunidade de interpretar, de modo mais justo, as representações históricas acima citadas, bem como incluir, nesse processo conjunto de interpretações, a presença efetiva das comunidades étnicas e dos sujeitos diversos da ecologia humana, objetivando reelaborar discursos condizentes com as realidades alcançadas por essa ecologia.

No ensaio, “Ética e Prática da Ecologia Humana: Questões Introdutórias sobre a Ecologia Humana e a Emergência dos Riscos Ambientais”, de Iva Miranda Pires e João Lutas Craveiro, discutem-se as origens da ecologia humana e o crescente envolvimento dessa disciplina científica nas questões da ética ambiental e da sustentabilidade global. Com base em referências clássicas da ecologia humana, os autores esboçam uma evolução disciplinar marcada pela solicitação de novos riscos ambientais, naturais e tecnológicos que convidam a equacionar problemas políticos de caráter global.

ECO-REBEL

Em “As Cores da Economia e o Desenvolvimento Sustentável”, de Feliciano de Mira, são discutidas a economia política, a necessidade de uma nova cultura política e seus resultados até o presente momento, em sua correlação com o chamado desenvolvimento e com os recursos naturais. Para isso, o autor defende a importância da economia popular, da economia étnica e da urgência de uma abordagem que objetive clarificar o real valor dos saberes e fazeres étnicos dentro desta perspectiva, que transita entre o ecológico e o econômico. Tais considerações apontam, segundo o autor, para a necessidade de ser criada uma nova economia, uma economia de heterogeneidade estrutural como um modelo sustentável de desenvolvimento que se assente numa linguagem ecológica de respeito pelas diferenças e diversidades de valores culturais. No transcorrer do texto o autor analisa, de uma perspectiva política, ambiental e socioeconômica, algumas convenções econômicas e ecológicas conhecidas, apontando alternativas para a reflexão e a prática das sustentabilidades e das novas epistemologias que oferecem orientações às alternativas apontadas em busca da compreensão e da operação contributiva em face deste amplo horizonte de complexidade paulatinamente reconhecido pelas ciências contemporâneas. Aqui é preciso considerar o nascimento de uma nova *Weltanschauung* sensível aos “aspectos metafóricos inerentes a certas epistemologias contemporâneas” (MIRA, 2013).

No capítulo, “Ecologia dos Povos e Comunidades Tradicionais do Brasil”, Alfredo Wagner Berno de Almeida trata da consideração história do “fator ambiental”, junto aos povos e às comunidades tradicionais, discutindo sua classificação, sua relação com seus ecossistemas, as tensões territoriais, a presença do Estado, e as possibilidades de contribuições e intervenções da ecologia humana. O autor ainda discute os objetivos e finalidades do curso de pós-graduação em ecologia humana da UNEB, fazendo antes uma diferenciação entre ecologia e ecologia humana, demonstrando, nesse percurso, diversos aspectos sociais, políticos, étnicos e ecológicos, inerentes ao lugar *onde* foi instalada essa pós-graduação. A discussão tem como esteio a visualização da produção dos discentes de ecologia humana. Tais produções “incidem de uma maneira global sobre a importância dos fatores ambientais na caracterização sociológica desta grande região do interior nordestino. A ‘fronteira quadratura’ de Estado de Sergipe, de Alagoas, da Bahia e Pernambuco”.

Em “Ética e Prática da Ecologia Humana: Questões Introdutórias sobre a Ecologia Humana e a Emergência dos Riscos Ambientais”, Iva Miranda Pires e João Lutas

Craveiro, discutiram as origens da ecologia humana e o crescente envolvimento desta nas questões da ética ambiental e da sustentabilidade global. A partir de referências clássicas, delinearam sua evolução disciplinar, levando em consideração os novos riscos ambientais, naturais e tecnológicos. Como embasamento para a discussão proposta, os autores fizeram um amplo levantamento histórico e epistemológico da ecologia e da ecologia humana com o fim a precisar o caráter científico e “operacional” de cada uma delas, defendendo a segunda como uma “nova ciência que se desenvolveu nas lacunas de conhecimento das interdependências entre os sistemas sociais e naturais”. Em seguida, os autores analisam o caráter multidisciplinar da ecologia humana, considerando-a como ciência social sem prescindir dos diversos contributos de outras ciências sociais. Mostram que, devido à “pluralidade epistemológica de raiz”, a ecologia humana desenvolveu de modo mais intenso e profícuo uma relação especial com a biologia e com as análises do desenvolvimento sustentável e dos riscos ambientais em face da governabilidade dos territórios e recursos naturais. Com efeito, os autores compreendem a ecologia humana como disciplina científica. Uma importante seção analisa os “problemas ambientais em face da sociedade do risco” e suas preocupações evidenciadas nas discussões contemporâneas, a década de 60 (p. 62) tendo como foco o tema “os limites do crescimento”.

Tratando da ecologia humana, na perspectiva de intervenção nos problemas em questão, os autores postulam sua dimensão, primeiro no âmbito de uma “abordagem disciplinar” e seu trânsito para a “abordagem pluridisciplinar”, em vista de um maior alcance interventivo. Na seção “Ecologia Humana e Participação Pública” de seu texto, os autores afirmam a importância dos processos de decisão com a participação da sociedade, como foi o caso da “Agenda 21, resultante da Conferência do Rio, em 1992”, do alcance da “*National Environmental Policy Act* (NEPA, 1969)”, entre outros, numa discussão que contribui muito para o “desenvolvimento de metodologias de avaliação e de participação pública [que] responde [a] não apenas a um desafio de cidadania ambiental”.

Em “Direito e Ecologia dos Povos e Comunidades Tradicionais do Brasil: Ensaio sobre o Etnodireito”, Alzení de Freitas Tomáz mostra que “o forte conteúdo interdisciplinar da ecologia humana consiste na constituição de novos nichos analíticos de interpretação das sociedades tradicionais”. Apresenta-nos a conceituação de “Etnodireito”, qual seja, “um sistema de conhecimentos e cognições típicas estabelecidas na realidade de cultura específica de povos e comunidades tradicionais”. Propõe que a centralidade conceitual e

hermenêutica do direito tradicional se abra ao panorama de sentidos próprio de uma comunidade a partir dos seus problemas e como estes são postulados pela comunidade. Temos aqui uma mais profunda horizontalização desse diálogo entre justiça e comunidades tradicionais. Para isso, o etnodireito adviria do âmbito das relações constitutivas dos povos e comunidades tradicionais, em sua pluralidade étnica, cultural, social, política, econômica e ecológica – processo jurídico que a autora denomina de maturação. O capítulo destina-se a todos aqueles interessados e engajados na questão do “direito dos povos e comunidades tradicionais”, apresentando uma discussão de conceitos da ecologia humana e do direito, estabelecendo um diálogo entre as duas disciplinas, cujo resultado final apresenta grande ineditismo.

Em “Ecologia Humana e Ecocrítica: Aproximações para uma Ecologia da Arte”, Edilane Ferreira da Silva e Juracy Marques partem do livro de Rachel Louise Carson, *Silent Spring*, obra impulsionadora do movimento ambientalista, numa época em que o termo ecologia ainda não era levado a sério na academia. Durante a discussão, os autores questionam “por que a arte não está devidamente presente nas discussões concernentes ao campo da ecologia e qual a razão de não haver referências entre ecologia humana e ecocrítica”. Ou ainda: “é possível, realmente, uma ecologia da arte?” (p. 422). Os autores vão respondendo essas perguntas à medida que tratam do tema “Arte e Natureza”, a partir de breves análises das obras de autores como Gilbert White, Henry David Thoreau, John Burroughs e Rachel Carson, entre outros.

Os autores esclarecem ainda que a ecocrítica foi o termo acadêmico criado para se referir a um fenômeno que sempre existiu na história da humanidade, a saber, a relação entre cultura, literatura, arte e natureza. A expressão foi abordada, pela primeira vez, em 1978, no ensaio denominado “*Literature and Ecology: An Experiment in Ecocriticism*”, de William Rueckert. Vê-se muito bem que a ecocrítica é conceituada como a relação entre literatura e meio ambiente e analisa as narrativas literárias cujas representações configuram essa relação. Após essa contextualização, os autores fazem análises de textos poéticos e de letras de música, como é o caso de Pablo Neruda e Geraldo Azevedo. Este último, em uma canção, faz uma bela narrativa “descritivo-afetiva” do rio São Francisco. Os autores concluem que as obras mais conhecidas sobre o assunto “só nos lembram da articulação social, ambiental e subjetiva que nos compete”. É justamente aí, isto é, no processo hermenêutico de subjetivação das representações e das interpretações sobre o meio ambiente, que residem os significados positivos de valorização da natureza. Dessas

subjetividades partem os discursos que afirmam a natureza como um bem. Como contribuição ao estudo do tema o livro “Paisagem da Memória”, de Simon Schama (1996) seria de grande valia.

No artigo “Ecolinguística: Uma Interface Língua e Meio Ambiente”, Joelma Conceição Reis Felipe retoma, à luz da ciência da linguagem, a discussão das noções de linguística, ecolinguística e ecologia fundamental das línguas. A autora precisa que a partir do século XIX, o pensamento filosófico passou pelo que se convencionou chamar de “virada linguística”, a base epistemológica sobre a qual surgiu a ciência da linguística. Para introduzir o leitor no objeto dos seu estudo, a autora faz um caminho introdutório que perpassa pela linguística, a filologia e a semiótica, fazendo-nos lembrar da importância de Saussure com seu *Cours de Linguistique Générale* para a recepção acadêmica da linguística como ciência, e de Einar Haugen, como fundador da ecolinguística - utilizador do termo *ecology of language* e *language ecology* (COUTO, 2007, p. 39). A autora mostra que no seio da ecolinguística surgiu o conceito de “Ecologia Fundamental da Língua ou Ecosistema Fundamental da Língua (EFL)”, para demonstrar que a disciplina tem uma visão integradora, ou seja, o “ser humano compartilha suas descobertas e torna possível a interação contínua de seus pensamentos e vivência” (2014, p. 447). Ao leitor são apresentados ainda as contribuições para a disciplina feitas por Adam Makkai, Alwin Fill, Heinrich Grellmann e Hildo Honório do Couto. Para este último autor, “as línguas não são organismos, nem coisas, elas são formas de comportamento humano” (COUTO, 2007, p. 49). Assim, a autora defende que “o modelo ecológico viabiliza uma leitura mais precisa da Ecolinguística” porque, antes de tudo, as interações humano-ecológicas se constituem no pensar e agir dos seres humanos, bem como por meio da partilha de suas experiências.

Tal como demonstrada na Apresentação do livro “Ecologias Humanas”, essa diversidade hermenêutica de olhares e interpretações é resultante das múltiplas epistemologias. A ecologia humana convida à confluência e ao diálogo, no arcabouço de suas investigações, pesquisas e discursos. No entanto, sem esgotá-las ou simplificá-las – diminuindo o poder dessas epistemologias (enquanto ciência, área do saber, disciplina) – a ecologia humana, por seu caráter multidisciplinar, tem viabilizado e, por causa disso, legitimado um inédito diálogo científico no Brasil, fato que se pode ver claramente nos diversos capítulos do presente livro. Assim, exitosamente é comprovada a consciência de responsabilidade ao assumir a grande diversidade de olhares e falares acerca das suas múltiplas “dimensões

(objetos) de pesquisa”, considerando o valor do protagonismo discursivo e vivencial de todos aqueles que estão reconhecidamente implicados nas ecologias humanas.

Referências

COUTO, Hildo Honório do. *Ecolinguística: estudo das relações entre língua e meio ambiente*. Brasília: Thesaurus, 2007.

MIRA, Feliciano de. *Ao Correr do Olhar: Contributos para uma epistemologia metafórica*. Arraiolos (Portugal): Edições Subjectivas/Oficina do Espírito 2013.

SCHAMA, Simon. *Paisagem e memória*. São Paulo: Companhia das Letras, 1996.

ECOLINGUÍSTICA: REVISTA BRASILEIRA DE
ECOLOGIA E LINGUAGEM (ECO-REBEL), v. 3, n. 1, 2017.